

Desindexação gradual, a recomendação de Penna

O ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, disse ontem, após inaugurar a XI Feira de Eletrônica no Parque Anuemi, que a desindexação da economia brasileira deverá ser geral, ou seja, extensiva a todos os setores, mas gradual, pois já há consenso entre os membros do Conselho Monetário Nacional (CMN) sobre esse assunto. O ministro explicou também que de forma nenhuma a desindexação começará pelos salários, conforme sugere alguns, até porque "os aluguéis e os salários já foram expurgados".

Para iniciar a desindexação universal da economia, observou Penna, uma das formas que estão sendo cogitadas é a adoção de redutores nos diversos índices existentes. Um exemplo lembrado pelo ministro: logo após a máxidesvalorização de fevereiro, o Conselho Interministerial de Preços (CIP) baixou uma portaria que autoriza o reajuste mensal de 273 produtos industriais, no valor máximo de até 0,9% de variação da Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) neste mesmo período. Agora, "pensa-se em permitir esses aumentos a cada três meses e em valor inferir ao atual, ou seja, de 0,9% da ORTN".

Penna usou uma imagem para ilustrar seu raciocínio sobre a necessidade urgente da desindexação universal e gradual: "A economia está totalmente indexada, à exceção do lucro das empresas. Neste contexto, se o processo de desindexação não atingir a todos os setores da economia por igual, o resultado só poderá ser desemprego e recessão". De acordo com o ministro, que se declarou defensor da desindexação há pelo menos um ano, "a correção monetária é apenas um tranquilizante e não se pode tratar um doente por muito tempo só com tranquilizante".

Sobre os cortes anunciados na Siderbrás, o ministro confirmou que eles deverão situar-se entre 6 e 8% da previsão inicial de gastos para este ano, não especificando, contudo, quanto desse percentual caberia às despesas de custeio e quanto às de investimento.

Finalmente, Penna mostrou-se muito preocupado com o crescimento das trocas comerciais entre o Brasil e a África do Sul, parceiro este cuja importância vem crescendo muito nos últimos anos. Segundo o ministro, tal fato poderá prejudicar a penetração de produtos nacionais nos países da África negra.